



A Santa Sé

VIAGEM APOSTÓLICA A PORTUGAL

12-15 DE MAIO DE 1982

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA**

Quarta-feira, 12 de Maio de 1982

*Excelentíssimo Senhor General António Ramalho Eanes
Presidente da República Portuguesa*

1. ESTOU MUITO AGRADECIDO a Vossa Excelência pela requintada hospitalidade com que acaba de receber-me. E, neste momento, desejo reiterar-lhe a expressão do meu agradecimento também pela diferente presença, no Aeroporto à minha chegada a Portugal. Por Vossa Excelência, vai a minha gratidão para todo o querido Povo português e para os seus ilustres Representantes, pelo empenho e disponibilidade que demonstraram para se tornar realidade esta viagem que agora faço à “Terra de Santa Maria”. Neste delicado interesse manifestado, quero salientar os convites que me foram feitos, sobretudo por Vossa Excelência pessoalmente; eles vieram juntar-se a um desejo do Episcopado de Portugal, que há muito me fora expresso pelo Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, Dom António Ribeiro, na qualidade, então, de Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa.

Toda a estima, sensibilizante – nesses convites e nos gestos de homenagem com que se quis distinguir o Sucessor de São Pedro na Sé de Roma – não se detêm, certamente, na minha pessoa: o preito vai para o Pastor da Igreja universal que, nessa qualidade, visita terras portuguesas; vai, em última análise, para o Senhor e Mestre da mesma Igreja, Jesus Cristo, com o seu iniludível direito de cidadania na história do homem.

Encontro-me em Portugal, portanto, em visita pastoral; e sobretudo, em peregrinação a Fátima; e é-me grato, ao mesmo tempo, satisfazer os imperativos da amizade, de uma amizade antiga, que

existe entre este dilecto País e a Sé Apostólica de Roma.

2. Com efeito, vêm de longa data as relações que ligam Portugal com a Sé Romana de São Pedro. Perde-se na bruma dos séculos aquele momento em que, pela primeira vez ressoou, neste torrão pátrio das gentes lusitanas, ao tempo da presença romana na Península ibérica, o nome bendito de Cristo. E deste então, com a fé cristã, os povos da Lusitânia aceitaram também a Igreja, que o mesmo Jesus Cristo quis firmar sobre a “rocha” de Pedro, ao qual também quis confiar a responsabilidade do magistério e ministério de todo o Povo de Deus, espalhado sobre a face da terra. Gradualmente foram-se instaurando as relações estruturais como expressão e sustentáculo do amor e da fidelidade à Igreja, una e católica, dos fiéis das dioceses destas Regiões, de Braga a Ossónoba, em termos actuais das terras que vão do Minho ao Algarve.

E creio poder afirmar-se, numa visão retrospectiva, que esse amor dos fiéis destas terras ao Sumo Pontífice Romano, só terá sido superado pela sua conhecida devoção a Cristo Redentor – sob os mistérios da Paixão e da Eucaristia – e a Nossa Senhora que, invocada sob uma das suas prerrogativas mais belas – a Imaculada Conceição – viria a ser escolhida e aclamada como “Rainha” e Padroeira de Portugal (Cfr. *Auto da Aclamação de N. Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal*, pelas Cortes de Lisboa, em 1646); estas devoções animaram constantemente o culto de Deus e a firme adesão aos outros deveres religiosos, que deixaram marcas profundas na história e na vida do dilecto Povo português.

Como é sabido, a Igreja, onde quer que se encontre, deseja poder servir a vocação pessoal e social dos seus membros, que são ao mesmo tempo os membros de determinada comunidade política. Com efeito, em razão da sua missão e competência, de ordem espiritual, ela não se confunde com a sociedade nem está ligada a qualquer sistema político; mas intenta ser sinal em toda a parte da transcendência da pessoa humana; o que faz, pregando a verdade evangélica e iluminando, com a sua doutrina e com o testemunho dos seus fiéis, todos os campos da actividade humana (Cfr. *Gaudium et spes*, 76).

Assim as relações da Nação portuguesa com a Sé de São Pedro que, com o andar dos tempos, tomariam a forma de reconhecimentos e compromissos, como se sabe (ainda há três anos atrás tive o gosto de participar na comemoração do oitavo centenário do primeiro desses reconhecimentos, na Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma) se enquadram nesta perspectiva. Cônsua do dever que lhe é ditado pela própria missão – de ajudar os homens na busca de uma resposta às eternas perguntas que se põem, acerca do sentido da vida presente e da futura e da relação entre ambas – também aqui a Igreja procurou caminhar com o homem, no desejo de ser-lhe prestável.

A esta luz, há-de ser vista a caminhada conjunta da Igreja e de Portugal, com relações amistosas deste com a Sé de Roma, o que alguma vez lhe mereceu, do meu Predecessor Bento XIV, o apelativo de Nação “fidelíssima”, na pessoa dos seus Reis (cf. Breve Apost., die 23 dec. 1748, in

“Bullarium Romanum”, Venetiis, tip. Gatti, 1778, t. III, p. 1).

3. A trajectória histórica de Portugal, como aliás sucede com os demais Povos em geral, não se delinea isenta de alternativas de luz e sombra, nos diversos aspectos da vida da sua população, mas subjacente a isso permaneceram como coordenadas muitas coisas que não mudaram, nem podem mudar. A Igreja – como é sabido – acredita efectivamente, que “a chave, o centro e o fim de toda a história humana se encontram em Jesus Cristo, o mesmo ontem, hoje e sempre” (*Gaudium et spes*, 10). E Portugal globalmente, pela maioria da sua população, nas suas escolhas históricas fundamentais, optou por Cristo, Cristo redentor do homem, como parecem atestar as quinas da bandeira pátria, e a Cruz nas suas caravelas da epopeia dos descobrimentos.

É sempre Cristo a proposta da Igreja, situada no tempo e no espaço, por isso real e intimamente ligada ao género humano e à sua história, no desejo de servir o homem com a sua dignidade e com a abertura do seu espírito, na plena verdade da sua existência, do seu ser pessoal e, ao mesmo tempo, do seu ser comunitário e social (*Redemptoris Hominis*, 14).

Entre as vicissitudes que emergem na história e na vida de Portugal, aparece em primeiro plano o fenómeno das migrações que vem de longa data: muitos dos seus filhos que deixam a própria terra, no passado como também hoje, com dolorosas separações e momentos de incerteza, para procurarem noutras paragens possibilidades de melhorar a própria vida. A perda destes filhos, constituindo sem dúvida uma perda para este País, donde partem, como norma, representa vantagens para as terras onde se vão estabelecer.

Dos que daqui partiram, a par dos que o fizeram por motivos de sobrevivência ou outros, houve também plêiades de enamorados de ideal e de apaixonados por Cristo – os missionários portugueses – que daqui se partiram navegando, para ir “fazer Cristandade” pelos diversos continentes. E, monumento histórico disso, ainda hoje subsiste, – conforme fui informado – com o “papiar cristiano”, sinónimo de falar português, nalgumas regiões do sudeste da Ásia, uma riquíssima antroponímia, que facilmente nos faz identificar como católicos ou de ascendência católica, cristianizados pelos portugueses, muitos homens e mulheres em todas as latitudes do globo.

Estes valorosos missionários, servidores de Cristo e da sua Igreja e glória de Portugal, que, com o seu ardor, a sua dedicação desinteressada e generosa, levaram assistência espiritual a tantos irmãos espalhados pelo mundo, não deixaram também de contribuir para o seu desenvolvimento, ajudando-os a progredir na satisfação das carências fundamentais e a cultivar a dignidade da pessoa humana. Assim, ao evangelizarem a Boa-Nova da salvação, prestaram-lhes um serviço humano; e também por isso são credores da nossa admiração e reconhecimento.

4. E os portugueses que ficaram não viveram sem dificuldades a sua caminhada histórica. Mas ao

longo dela, souberam dar mostras de qualidades não comuns de coragem, de capacidade de resistir e suportar provações e riscos e da perseverança, que denotam uma fibra moral e uma força espiritual que, hoje como ontem, hão-de sustentar e animar os filhos desta Nação nas lutas do presente, de frente erguida, a olhar com pundonor e esperança o futuro.

Numa participação responsável e com a generosa contribuição de todos para o bem comum, a eliminação da pobreza, a ajuda aos marginalizados ou que se sentem desenraizados, a perspectiva de emprego para todos – especialmente para os briosos jovens desta terra – a estruturação de condições de vida, assistência e segurança, nos campos económico e social, passando pela saúde, instrução, trabalho, família e terceira idade, hão-de continuar a ser decididamente empenho colectivo de um Povo consciente dos valores característicos da sua comunidade e ufano de os testemunhar na sua vida política e social.

A consciência histórica e a fé cristã dos portugueses, não disjunta da exigência de uma relação honesta para com a verdade, como condição de liberdade autêntica, hão-de continuar a convencê-los também hoje, certamente, de que, sem excluir o legítimo pluralismo são e responsável, só o amor constrói; de que a chave para a solução dos seus problemas e da sua prosperidade também é feita de sentido humano e cristão dos valores, caldeada na justiça e temperada na solidariedade, na fraternidade e no amor entre homens-irmãos.

5. Faço votos de que, prosseguindo no seu rumo histórico, Portugal, com o seu carisma de universalidade e de fácil integração, continue a ser força para a compreensão entre todos os povos, mormente entre os que com ele têm afinidades culturais. Os emigrantes e missionários portugueses foram a todas as partes do mundo e, onde chegaram, aí tornaram amado e honrado o nome do seu País. Que isso continue a ser fonte de inspiração humana e espiritual para o seu estar-no-mundo e manter Portugal na alta estima dos seus dias mais luminosos.

Missão nobre continua a ter a “Casa Lusitana”. E oxalá que a sua herança de fé cristã, guardada e cultivada ao longo dos séculos, nas actuais expressões da sua identidade, que fez dela a “pátria linda, à beira-mar, de um povo heróico, sob a graça de Deus, a cantar...” – como diria um vosso poeta – continue a ser impulso constante para levar este nobre País a atingir um bem-estar que espelhe a felicidade de todos os portugueses, num clima de harmonia operosa, de prosperidade e de paz.

Agradeço, uma vez mais, o amável e distinto acolhimento de Vossa Excelência; e sobre todo o dilecto Povo português que o escolheu como seu Representante, invoco as mais copiosas bênçãos de Deus onipotente e misericordioso.

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana